



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,27% São Paulo	166.783 13/8 14/8 17/8 18/8	R\$ 5,221 (+ 0,39%)	11/agosto 5,160 12/agosto 5,179 13/agosto 5,193 14/agosto 5,219 17/agosto 5,201	R\$ 1.621	13,90%	13,85%	Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07

CONJUNTURA

Tempestade perfeita agrava crise no varejo

Juros altos, retração no consumo e erros de gestão são alguns dos fatores que explicam a recuperação judicial de grandes redes, como as Casas Bahia. Consumidores que adquiriram bens têm direitos protegidos pela legislação, afirma especialista

» PEDRO JOSÉ

A crise financeira que levou o Grupo Casas Bahia a protocolar um pedido de recuperação judicial acendeu um alerta sobre a situação do varejo nacional. Com uma dívida de R\$ 17,3 bilhões, a companhia atribui parte da deterioração financeira ao cenário macroeconômico, marcado por juros elevados, restrição de crédito, aumento dos custos de financiamento e redução do consumo de bens duráveis no país.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** acreditam que a combinação de juros elevados e dificuldades na gestão são dois dos principais fatores por trás de uma crise de recuperação judicial no varejo.

Para Cesar Bergo, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), empresas do setor também são particularmente afetadas pelo chamado “risco sacado”, operação em que o varejista recebe o pagamento do consumidor antes de repassar os recursos ao fornecedor. O intervalo entre as duas etapas possui um custo financeiro que aumenta conforme os juros sobem.

O cenário de dificuldades financeiras no setor empresarial também aparece nos dados da Serasa Experian. O Indicador de Falências e Recuperações Judiciais registrou 60 processos de recuperação judicial em abril de 2026, envolvendo 141 CNPJs. Em março, foram registrados 82 processos e 184 empresas envolvidos.

Bergo afirma que o problema se agrava quando os juros reduzem o consumo. Com menos vendas, as empresas precisam manter estoques por mais tempo, aumentando os custos financeiros e pressionando o caixa. “Com a restrição ao consumo provocada pelos juros altos, as vendas caem e surge a necessidade de manter estoques elevados, gerando um custo financeiro que muitas organizações não conseguem gerir de forma eficiente antes de remunciar os seus fornecedores,” explica.

Medidas preventivas

Um dos pontos levantados na crise do varejo é o crescimento do comércio eletrônico. César Bergo avalia, no entanto, que essa circunstância não deve significar a substituição das lojas físicas pelo

Ed Alves/CB/D.A Press



Loja fechada das Casas Bahia: com uma dívida de R\$ 17,3 bilhões para bancos e fornecedores, empresa pediu recuperação judicial no domingo

comércio eletrônico. Para ele, a tendência é a integração dos dois formatos. O economista cita o processo enfrentado por empresas como Magazine Luiza para mostrar que a adaptação ao novo modelo de consumo pode ocorrer de maneiras diferentes. “O caminho correto não é permitir que o e-commerce engula o varejo físico, mas sim, realizar uma mudança conceitual no modelo de negócios que viabilize a convivência de ambos,” afirma.

A comentar o cenário varejista, o professor de economia da Fundação Getulio Vargas (FGV) Renan Pieri observou que empresas de menor porte podem enfrentar dificuldades ainda maiores em um cenário de juros elevados. Segundo o economista, grandes companhias possuem mais instrumentos para renegociar dívidas, alongar prazos e buscar fontes alternativas de financiamento. “Os juros altos apertam dos dois lados: encarecem o

financiamento da própria empresa e, ao mesmo tempo, reduzem a disposição do consumidor para comprar, principalmente bens financiados.”

Pieri afirma que a combinação reduz as margens e pressiona o caixa dos varejistas. Nesse cenário, a recomendação é preservar recursos, controlar estoques e custos fixos e buscar a renegociação das dívidas antes que as dificuldades financeiras evoluam para uma crise de liquidez. Outra questão que fica após a recuperação judicial das Casas Bahia é como fica a situação dos consumidores. Em nota, a empresa afirmou que mantém as operações normalmente e que está adotando medidas para preservar o funcionamento das lojas e do comércio eletrônico.

Consumidores

O advogado especialista em

reestruturação empresarial Filipe Denki destaca que o pedido de recuperação judicial não altera, de imediato, os direitos dos consumidores. Segundo ele, a empresa continua responsável por garantias, trocas, entregas, instalações e serviços de manutenção relacionados aos contratos já firmados. A diferença é que a Casas Bahia passa a ficar sob supervisão judicial, embora eventuais dificuldades de caixa possam provocar atrasos em obrigações como devoluções de valores.

Denki explica ainda que consumidores que não receberam produtos e têm direito à restituição em dinheiro, assim como aqueles que possuem créditos decorrentes de falhas na prestação de serviços, podem entrar na recuperação judicial como credores quirografários. Nesse caso, os valores ficam sujeitos às condições que serão estabelecidas no plano de recuperação, com possibilidade de redução dos créditos ou de alongamento

dos prazos de pagamento.

A mesma lógica se aplica aos fornecedores comuns da companhia, que também são classificados como credores quirografários. Já fornecedores considerados estratégicos, especialmente aqueles que possuem contratos de exclusividade ou oferecem produtos diferenciados, podem ter maior poder de negociação com a empresa durante a reestruturação.

Para o especialista, o comportamento da companhia nos próximos meses será determinante para avaliar a viabilidade da recuperação judicial. “Consumidores que já receberam seus produtos normalmente não possuem crédito contra a empresa na recuperação. Espera-se que nos próximos quatro a seis meses — com possibilidade de extensão até 12 meses caso haja prorrogação — seja possível avaliar se o plano é realista ou adiar o inevitável,” conclui.

Ministro critica juro

» RAPHAEL PATI

Sao Paulo (SP) — O cenário de juros altos e crédito restrito não deve ser um empecilho para o crescimento das vendas de veículos no Brasil em 2026. Dados divulgados ontem (18/8) pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), durante a 34ª edição do congresso anual da entidade, mostram que o volume de vendas em todo o ano deve crescer 8,6%, na comparação com 2025.

O resultado positivo é impulsionado pelo crescimento das vendas de automóveis comerciais leves e motocicletas, que devem apresentar uma expansão do número de vendas de 8,8% e 10%, respectivamente. Por outro lado, todos os outros segmentos devem registrar queda no número de veículos comercializados, como caminhões (7,8%), ônibus (9,2%) e implementos rodoviários (10,6%).

De janeiro até a primeira dezena de agosto, o setor vendeu cerca de 3,43 milhões de veículos, o que corresponde a um crescimento de 14,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Durante o congresso, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, enalteceu a resiliência do setor e atribuiu o crescimento das vendas a programas do governo federal, como Carro Sustentável e Move Brasil.

Apesar do crescimento, o ministro criticou os juros altos. “Acessar o crédito bancário é a pior opção para qualquer empreendedor, porque não vai suportar essa taxa de juros. Não há razões macroeconômicas para essa trajetória”, disse Elias Rosa. Atualmente, a taxa básica de juros está em 14% ao ano.

O presidente da Fenabrave, Arcelio Júnior, destacou a importância do segmento de concessionárias e distribuição de veículos como essencial para a economia nacional. “Somos o elo vital que conecta a indústria ao cidadão brasileiro”, disse.

***O jornalista viajou a convite da Fenabrave**

MERCADO DE TRABALHO

DF oferece melhores salários em TI

» ROSANA HESSEL

O Distrito Federal é a unidade federativa do Brasil com a maior média salarial formal do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de acordo com levantamento feito pela Associação das Empresas de TIC e Tecnologias Digitais (Brasscom), divulgado ontem e ao qual o Blog da Rosana Hessel teve acesso com exclusividade.

A capital federal apresenta o maior salário médio formal do setor de TIC entre as unidades federativas do país, impulsionado pela forte demanda do setor público e órgãos federais, de R\$ 6.622 mensais. Essa remuneração é 12,5% acima da média nacional de R\$ 5.888.

O Centro-Oeste concentra 62.782 mil empregos formais do setor e registra a terceira maior média salarial do país, de R\$ 4.855. O Distrito Federal responde por 56% das vagas da região. Nos últimos dois anos, entre 2023 e 2025, ao Centro-Oeste apresentou um crescimento no número de profissionais de TIC maior que o da região Sudeste, com expansão de 3,2% ante 2% no Sudeste, onde há a maior média salarial regional.

O Distrito Federal responde por mais de 56% de todos os empregos de TIC do Centro-Oeste, somando 35.346 vínculos, e registra a maior média salarial do setor fora do eixo Rio-São Paulo.

O mercado regional é marcado pela presença do setor público

federal em Brasília e pela adoção de soluções tecnológicas em áreas, como agronegócio, logística e serviços. A demanda por profissionais destaca-se pelas áreas segurança cibernética, inteligência artificial e governança digital, especialmente em atividades relacionadas ao setor público.

O estudo mapeou 942.879 profissionais com carteira assinada da área de TIC no país em 2025. O volume total é 19,9 mil superior ao registrado em 2024, com média salarial nacional de R\$ 5.888, dado 6,9% superior ao registrado no ano passado. Quase 80% desses trabalhadores — 78,6% — estão concentrados em seis estados brasileiros e 558,9 mil, apenas no Sudeste.

São Paulo é o estado com maior

número de empregados CLT do setor, 420.996, seguido por Minas Gerais, com 83.854, e por Rio de Janeiro, com 71.277. Contudo, a região Nordeste apresentou a maior taxa de crescimento regional, entre 2024 e 2025, de 4,1%. Enquanto isso, o Sudeste teve a menor, de 1,8%, no mesmo período. O Centro-Oeste registrou crescimento regional de 2,6% entre 2024 e 2025, e, na comparação desde 2020, o avanço foi de 7,2%.

Das cinco ocupações do setor com maior destaque, a de analista de desenvolvimento de sistemas registrou aumento de 26,8% na média salarial, para R\$ 8.337, seguida por analista de suporte computacional, com aumento no rendimento médio, de 12,2%, para R\$ 3.990.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Demanda do setor público favorece o maior salário médio na capital